



Interpelação Escrita

Durante a apresentação das prioridades da acção governativa para o ano de 2015, o Chefe do Executivo prometeu, expressamente, na parte referente ao sistema político, que ia “ouvir as opiniões de todos os sectores da sociedade sobre o desenvolvimento do sistema político, agregar consensos e avançar, de forma estável, com o desenvolvimento do sistema político democrático da RAEM”. No entanto, a Secretária para a Administração e Justiça limitou, inteiramente, “o estudo do plano de desenvolvimento do sistema político” às conclusões e questões técnicas encontradas nos processos eleitorais, indicadas nos relatórios apresentados pelas duas comissões de assuntos eleitorais, não divulgando esses dois relatórios. Eu questiono se as operações secretas não causarão restrições ao desenvolvimento da democracia, daí que tenha apresentado uma interpelação em 2015 e, em simultâneo, forneci informações sobre os resultados de um “inquérito à opinião pública referente ao desenvolvimento do sistema político da RAEM”, opiniões que foram recolhidas de forma científica, para esclarecer objectivamente as expectativas da população de Macau quanto ao desenvolvimento do sistema político democrático. Em resposta à minha interpelação, o Governo da RAEM alegou que ia “continuar a estar atento às diferentes opiniões sobre o desenvolvimento do sistema político da RAEM



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

apresentadas pelos diversos sectores de Macau, tendo como base o cumprimento da Lei Básica da RAEM e os 4 princípios em benefício de Macau para encontrar um rumo de desenvolvimento adequado para Macau”. Mas, mesmo assim, passou-se um ano, e ainda não há nenhuma novidade quanto ao estudo do desenvolvimento do sistema político democrático.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Durante o debate das LAG da área da Administração e Justiça, apresentei, publicamente, um documento sobre os resultados de um “inquérito à opinião pública referente ao desenvolvimento do sistema político de Macau”, opiniões que foram recolhidas cientificamente, por meio de amostragem aleatória simples, em Dezembro de 2014. Segundo esse inquérito, mais de 60 por cento da população de Macau espera que seja adoptada, o mais cedo possível, a eleição universal do Chefe do Executivo, e mais de 70 por cento deseja que a Assembleia Legislativa seja eleita por sufrágio universal, portanto, resumindo, toda a população deseja, neste momento, que mais de metade dos assentos da Assembleia Legislativa sejam eleitos por sufrágio directo. Após vários anos de estudo, vai o Governo criar uma plataforma oficial ainda este ano, para agregar consensos sobre a eleição universal do Chefe do Executivo e a eleição por sufrágio directo para mais de metade dos assentos da Assembleia Legislativa?
2. Ao lançar a auscultação pública sobre a proposta de revisão da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa, o Governo não deve fugir à apresentação de uma proposta referente à eleição por sufrágio directo para mais de metade



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dos assentos da AL, permitindo que os cidadãos escolham uma proposta melhor, com vista a promover, progressivamente, e tendo como base o cumprimento da Lei Básica da RAEM e os 4 princípios em benefício de Macau, o desenvolvimento do sistema político democrático. O Governo está bem preparado para fazer isso?

29 de Fevereiro de 2016

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong**